

Número Especial do Campo de Públicas

Public Field Special Number

Prezadas leitoras, Prezados Leitores,

A comemoração dos 30 anos da promulgação da Constituição Federal se dá sob a marca da desestruturação do pacto político então estabelecido entre as lideranças nacionais em torno de um projeto de redemocratização.

No quadro de fundo, temos os acontecimentos da última década e meia expondo o modo de funcionamento das instituições e poderes nacionais, que sob variadas circunstâncias alimentaram a atual crise político-institucional. Como consequência, percebemos no interior das organizações públicas dificuldades em se construir consensos ou mesmo aprimorar procedimentos anteriormente realizados com relativa tranquilidade.

Tal cenário, complexo em sua essência, tem feições típicas da realidade brasileira, sem no entanto se reduzir ao Brasil, pois estamos diante de uma inflexão profunda. De fato, no âmbito internacional, cada país a seu modo debate com o que poderia ser sintetizado como uma mudança no padrão de desenvolvimento. Karl Polanyi já em 1944 dissertou sobre algo similar, ainda no calor dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Não é excesso afirmar que estamos diante de um desafio de igual magnitude.

Em termos mais amplos, as últimas décadas foram marcadas pelo questionamento à democracia. Muitos grupos não enxergam mais a possibilidade de um pacto estruturado pela igualdade de oportunidades e pelo reconhecimento das diferenças: os autoproclamados libertários norte-americanos formados por vários *think tanks* de ultra-direita, *Tea Party* e outros, assim como os neonazistas, grupos extremistas em países da Europa, e tantos outros que, a seu modo, questionam a igualdade como valor estruturante a ser perseguido pelo modelo democrático como guia de um novo projeto de desenvolvimento.

Assim, tendemos a olhar para trás com nostalgia, como se o passado fosse o próprio tesouro perdido. Esse olhar idílico demonstra o medo e a fragilidade de grupos sociais inteiros em enfrentar a realidade que se avizinha: as limitações do meio ambiente para manter o padrão de desenvolvimento dominante e a relutância em reconhecer a autonomia de grupos e países, como o que ocorre na Catalunha. Pelo contrário, grupos de interesse apostam em soluções que restringem a liberdade e reduzem a realidade a ações simplistas ou duais. A hierarquia e os valores morais são chamados para estruturar um pacto social, desprovido de controvérsias e conflitos típicos de soluções democráticas.

No limite podemos dizer que a crise do Estado Nação analisada por Eric Hobsbawm (1995) se apresenta com novos contornos. Se olhada à luz da História, revela os mesmos germes que a criaram e que hoje se apresentam com matizes diversos os quais, no limite, não se sustentam diante de um olhar crítico e sistematizado, como aquele que somos habituados a estruturar em nossas pesquisas diárias.

Diante desse quadro de exaustão de pactos políticos, econômicos, sociais e -- porque não dizer -- civilizatórios, acrescentamos a exaustão do padrão de desenvolvimento baseado no modelo industrial, trazendo consigo, nas palavras de Thomas Kuhn, que “o novo ainda não nasceu e o velho ainda não está morto”, para demonstrar a mudança de paradigmas. No caso brasileiro, podemos afirmar que o antigo, o velho, tem força e poder, assim como possui recursos financeiros e políticos de grande envergadura, resultando numa extraordinária taxa de desigualdade social, a maior do mundo, segundo a Pesquisa de Desigualdade Mundial (2018), coordenada dentre outros por Thomas Piketty, fazendo com que quase 30% da renda do Brasil se concentre nas mãos de apenas 1% dos brasileiros.

Tamanha desigualdade econômica transborda para outros tantos tipos de desigualdades, assim como outras formas de desrespeito. Citemos alguns: a violência contra grupos LGBTQ+, mulheres, negros, indígenas e outros segmentos vulneráveis. As instituições, os grupos sociais e econômicos no Brasil demonstram uma capacidade infinita de não permitir que a Constituição se realize no cotidiano do país. Essa capacidade é visível na renúncia de instituições públicas em exercer com celeridade suas funções quando tais grupos estão sob risco ou ataque.

Este Número Especial visa a fomentar uma reflexão crítica, bem como apontar caminhos, arranjos e alternativas para determinar os próximos passos rumo a um novo projeto de desenvolvimento, pactuado por todos os grupos sociais. Para tal, será preciso uma capacidade de organização e coordenação de grupos e instituições públicas estatais e da sociedade civil, com capacidade de produzir discursos, informações e pesquisas, sistematizando os desafios e as possibilidades que ainda se encontram curvas e que precisam de muita cautela e responsabilidade no que tange ao seu aprofundamento e discussão.

Os artigos desta edição seguem a proposta realizada do II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), que pautou-se por “Democracia e Direitos: dimensões das políticas públicas e sociais”. Sete dos textos ora compartilhados resultam do esforço de aperfeiçoamento e publicização de palestras, conferências e mesas-redondas do Encontro. Os demais, alinham-se à temática e também articulam reflexões contemporâneas, de modo a abordar diversas dimensões da gestão pública, da gestão social, das políticas públicas, da administração pública e outras categorias guardas-chuva nas quais nos reconhecemos e nos fortalecemos diuturnamente enquanto pesquisadores do Campo de Públicas, instigados por um momento de profunda inflexão no que diz respeito ao usufruto de direitos individuais e coletivos, bem como qual será o nosso projeto de desenvolvimento. Neste número, continuamos a apresentar um conjunto autoral de contribuições que nos ajudam a consolidar e expandir estudos e pesquisas no Campo de Públicas. Enfatizamos aquelas que exploram novas abordagens, novas concepções teóricas e metodológicas. Passemos, então, a nossa carta de navegação.

Na seção **Novos Territórios** iniciamos com o artigo “Estado e Gestão Pública no Brasil: tensões e avanços dos regimes digitais de informação”, no qual Ana Maria Barcellos Malin e Christiana Soares de Freitas chamam atenção para a atual dimensão informacional do Estado, considerada complexa e multifacetada. Em seguida, por meio do artigo “O agente de crédito como elemento-chave da política de microcrédito: a importância da orientação para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados”, Franco de Matos e Thaís Rozas Teixeiras apresentam uma revisão bibliográfica sobre a atividade e a política de microcrédito no Brasil, no contexto da Política Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), ressaltando o trabalho do agente de crédito como o vínculo entre a instituição de microcrédito e o público alvo, os tomadores. Seguimos com o artigo “Dinâmicas Territoriais na Produção da Ação Pública entre Sociedade e Estado”, de autoria de Zilma Borges. Por fim, apresentamos o artigo “Em busca de Políticas Públicas Decoloniais de Desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira”, de Nirvia Ravena, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Renata Callaça Gadioli dos Santos e Janaína Lopes Pereira Peres, com o qual nos convidam à reflexão, a partir da crítica aos modelos centrais de desenvolvimento, por meio da discussão das abordagens emergentes e a partir, sobretudo, do apontamento das contradições entre o projeto desenvolvimentista aplicado no oeste do Pará (Santarém) e a promoção de saberes ancestrais ou a preservação da biodiversidade amazônica.

Em **Novas Rotas**, Carlos Raul Etulain, Milena Pavan Serafim e Rodrigo Rossi Horochovski, no artigo “O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro” se propõem a debater os desafios futuros ao Campo de Públicas à luz das disputas econômicas que têm o Estado como espaço importante. Em seguida Gustavo Costa de Souza, Regina Cláudia Laisner e Luciana Leite Lima, por meio do artigo “Estratégias de Análise da Ação Pública”, apresentam três olhares para as estratégias de análise da ação pública, sendo cada um deles parte de pressupostos e preocupações específicas a áreas de conhecimento que se cruzam e se mesclam na multi e interdisciplinaridade do Campo de Públicas. Para encerrar a navegação desta seção Marta Ferreira Santos Farah, com o artigo “Institucionalização do

Campo de Administração Pública: reflexões sobre o passado e desafios do futuro” apresenta uma breve reconstituição da trajetória do campo de Administração Pública no Brasil, considerando aspectos relativos ao contexto, ao texto – conhecimento específico da área – e o papel de mediação entre texto e contexto exercido pelos atores que integram o campo.

Na seção seguinte, **Bons Ventos**, passando para questões mais propositivas, apresentamos o artigo “Gestão, Custos e Governança Pública - Desenvolvimento Nacional Baseado em *Public Intelligence* (PI)” de autoria de Magda de Lima Lúcio e José Marilson Martins Dantas, por meio do qual os autores destacam os pressupostos centrais da metodologia “Gestão Pública para o Desenvolvimento - Instrumentos e Sócio Tecnologias para Governos” totalmente parametrizada e regida por princípios aderentes às organizações públicas, cujo intuito é fortalecer ou criar capacidades de gestão que contribuam para a realização dos pressupostos constitucionais materializados em políticas públicas, por meio de ações coordenadas, articuladas e integradas, implementando a transversalidade, considerando o equilíbrio e autonomia entre os Poderes da República e suas especificidades institucionais. E para encerrar a navegação desta seção, Lindijane de Souza Bento Almeida, Maria Isabel Araújo Rodrigues e Raquel Maria da Costa Silveira apresentam o artigo “Ensino nos cursos do Campo de Públicas: análise do panorama atual e os desafios para o ensino multidisciplinar”, por meio do qual são analisadas as estratégias de ensino e as inovações presentes no curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN e no curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

Em **Bússolas**, Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz, Ana Paula Vidal Bastos e Lara Silva Laranja apresentam o artigo “Gestão Pública, Direitos e Democracia aos 30 anos da Constituição Federal”, no qual situam os desafios da gestão democrática, buscando problematizar, a partir do ponto de vista da gestão, como instrumentos de ação pública podem mediar o alcance dos propósitos constitucionais que norteiam nossa construção societária.

Diante da riqueza e diversidade de temas apresentados, desejamos a todos vocês uma excelente navegação e que sigamos juntos aprendendo!

Editoria especial:

Magda de Lima Lúcio (UnB)

Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN e Anepcp)

Fernanda Natasha Bravo Cruz (UnB)

Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP e Anepcp)

Renata Callaça Gadioli (UnB)

Revista NAU Social

Rosana de Freitas Boullosa, editora-chefe (UFBA)

Ives Tavares, editor executivo (UFCA)